



PARENTESCO E HIERARQUIA SOCIAL NO MUNDO SÓCIO-PROFISSIONAL DAS CHARQUEADAS: OS CARNEADORES E O PROJETO FAMILIAR DE LIBERDADE NA CIDADE DE PELOTAS/RS, SÉCULO XIX

Natália Garcia Pinto¹

Resumo: A presente pesquisa tem como tema nodal analisar a passagem do cativo para a liberdade dos trabalhadores escravizados, tendo como foco de análise e experimentação histórica a cidade de Pelotas. Além disso, a pesquisa tem como objetivo avaliar o peso da família escrava para os projetos de liberdade de parentes, ou seja, se cativos que possuíam laços de parentesco eram os mais beneficiados com o papel de liberdade como em voga é destacado na historiografia nacional. Investigando as cartas de liberdade, os inventários *post-mortem* e os processos criminais, foi possível verificar a participação dos trabalhadores especializados na arte de carrear comprando a liberdade de seus parentes e companheiros de cativo, como as suas amásias, por exemplo. Observou-se que este grupo ocupacional tinha certa mobilidade social e prestígio dentro das comunidades de senzala, visto que foram à categoria de trabalhadores que mais conseguiu alforriar-se na sociedade escravista de antanho em Pelotas. Assim sendo, a investigação abordará a importância dos laços comunitários e afetivos nos projetos de liberdade engendrados pelos trabalhadores negros para o resgate de um familiar, pontuando também que através da mobilidade social advinda de seus trabalhos poderiam galgar espaços de autonomia e melhores condições de vida para si e seus semelhantes.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as buscas pela liberdade projetadas por escravos e suas famílias, durante o período de 1850/1888. Foco da análise são "as experiências de emancipação" num período ainda escravista -, ou seja, de perceber como vão se forjando estas experiências de liberdade, de cativo e emancipação, constatando formas intermediárias entre estas categorias. Não só os projetos emancipacionistas são familiares, mas as próprias experiências, já que raramente toda uma família se alforriava junta, mas sempre havia um parente ainda preso ao cativo. Não se está exagerando na importância de 1888, mas tratando esta data com o respeito devido, e percebendo que as experiências ambíguas de cativo e liberdade alimentam as expectativas a respeito. O recorte escolhido oferece a oportunidade de avaliar as

¹ Doutoranda em História do PPG de História da UFRGS. Bolsista CNPQ. E-mail: nataliag.pinto@gmail.com



consequências e implicações dos processos de emancipação escrava sobre uma localidade que abrigou um dos maiores contingentes da população escrava na então Província do Rio Grande do Sul. É sabido que a região não possuía apenas estabelecimentos de charqueadas, tendo unidades produtivas também ligadas a pequenas roças e produção de gêneros de lavoura e pecuária. Todavia, ressalto que a investigação tem por intuito privilegiar os escravos e ex-escravos das grandes propriedades charqueadoras. Essa escolha se deve aos seguintes fatores: são excelente observatórios da dinâmica da comunidade negra local, são os maiores plantéis, onde as relações familiares podem se forjar com mais facilidade, considerando o mercado matrimonial existente, abundam documentos sobre estes grandes senhores e seus plantéis, já existe uma atualizada historiografia a respeito (VARGAS, 2013; PESSI, 2012). Diante disso, será dada ênfase, por estes motivos, aos charqueadores, mas não se está negando a presença de outras unidades produtivas, alicerçadas em plantéis pequenos e médios. Portanto, o presente trabalho tem a intenção de acompanhar de que maneira estes escravos e ex-escravos forjaram seus projetos de liberdade com o fim da escravidão, e quais as possibilidades de inserção social que foram planejadas por eles para sobreviverem como egressos da escravidão nessa nova ordem social que emergia nas sociedades atlânticas.

Além disso, tem-se o objetivo de analisar os processos de emancipação escrava, nos embates da luta política pela liberdade travada entre escravos e senhores do charque. Não que o trabalho se desloque da história social, mas trás para o seu interior uma nova história política - abolicionismo. A interação básica é entre os grandes charqueadores, os seus escravos, as classes médias urbanas e as autoridades, agindo em um campo político frágil e maleável, onde nenhum deles sabia o fim. Os processos de emancipação vistos até agora desestruturaram os esquemas tradicionais de controle. Os charqueadores sempre estiveram no palco da tese, mas agora terão mais ênfase. O personagem deste capítulo é a própria instabilidade destes anos finais do escravismo, as incertezas.

É crível destacarmos também que para compreendermos o comportamento tanto de escravos quanto dos senhores, é necessário levarmos em conta os debates políticos em torno das questões da emancipação escrava nas últimas décadas do cativeiro. Para



isso, precisamos também avaliar a influência do abolicionismo e a participação de clubes e associações negras no movimento da “era das emancipações” escravas. É sob essa perspectiva que analisaremos as tensões sociais em torno das experiências de emancipação, ou seja, de como estes indivíduos se organizam e projetaram seus planos em torno de abolir de seu cotidiano as experiências do cativo.

Como salientando os projetos de emancipação escrava possuíam um peso significativo da família escrava para a liberdade de parentes, ou seja, se cativos que possuíam laços de parentesco eram os mais beneficiados com o papel de liberdade como em voga é destacado na historiografia nacional. Investigando as cartas de liberdade, os inventários *post-mortem* e os processos crimes, foi possível verificar a participação dos trabalhadores especializados na arte de carnear comprando a liberdade de seus parentes e companheiros de cativo, como as suas amásias, por exemplo. Observou-se que este grupo ocupacional tinha certa mobilidade social e prestígio dentro das comunidades de senzala, visto que foram à categoria de trabalhadores que mais conseguiu alforriar-se na sociedade escravista de antanho em Pelotas. Assim sendo, a investigação abordará a importância dos laços comunitários e afetivos nos projetos de liberdade engendrados pelos trabalhadores negros para o resgate de um familiar, pontuando também que através da mobilidade social advinda de seus trabalhos poderiam galgar espaços de autonomia e melhores condições de vida para si e seus semelhantes.

Projetando a liberdade: o caso do africano Joaquim, carneador na charqueada de Domingos Soares Barbosa

Corria o ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta na cidade de Pelotas, quando o delegado de polícia na figura de Alexandre Vieira da Cunha relata o inquérito de auto de qualificação sobre o crime cometido pelo escravo Joaquim contra a pessoa da preta liberta Juliana. O acusado de assassinato pertencia ao charqueador Domingos Soares Barbosa, tinha 28 anos de idade, solteiro, africano de nação mina e trabalha nos serviços de charqueada como carneador, todavia não se lembrava ao certo o tempo que residia e laborava na propriedade de seu senhor. O delegado perguntou ao réu se ele sabia o motivo pelo qual era acusado e se precisava de algum esclarecimento a esse respeito. Joaquim relatara que sim e inicia-se o relato da



cena do crime que cometera contra sua companheira de *vida*, como podemos observar no seguinte trecho do depoimento:

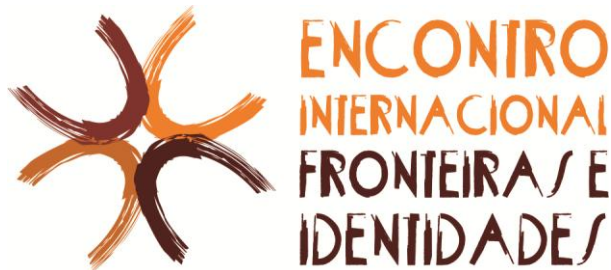
Respondeu que vivendo com uma preta Juliana a quem ele respondente havia forrado e recebendo dela ingratidões, apaixonou-se a ponto de assassinar em novembro do ano passado, e que hoje está arrependido de cometer esse crime devido a sua cabeça.²

Havia boatos de que a preta forrada por Joaquim teria trocado os braços de seu amásio por outro. Movido pelos ciúmes de sua amásia o escravo Joaquim acabou matando-a depois para seu próprio desespero, matando com várias facadas, provavelmente o mesmo instrumento cortante que utilizara para carnear o charque nas safras da charqueada de seu proprietário. Levado pela loucura de sua cabeça ou pelos ciúmes de seu amor não mais correspondido, Joaquim depois de cometer o assassinato segue em direção a Rua da Cadeia da cidade, seguido por uma multidão que deve ter presenciado os últimos gemidos da preta Juliana.

Parece que o escravo Joaquim não foi o único a perder os sentidos da razão a matar sua companheira naquele passado de outrora. Encontramos outros escravos carneadores que assim como ele se apaixonaram e auxiliaram suas amásias a se libertarem do jugo do cativo, comprando a liberdade delas com o produto advindo dos trabalhos nas charqueadas. Situação semelhante foi vivenciada pelo escravo José, africano, mina, aparentava ter cinquenta anos mais ou menos, sendo carneador e marinheiro na propriedade de José Antônio Moreira, charqueador na localidade. O crime cometido por José ocorrera em 1869, respondendo ao inquérito de perguntas, ele mencionou que emprestara 600 mil réis para a preta Sofia se forrar, todavia ela se demorara a devolver a quantia tirada como empréstimo, visto que José também tinha a intenção de comprar a sua alforria, tendo falado com seu senhor para lhe dar “permissão” para arranjar meios de acumular pecúlio para tratar de sua liberdade. Relata também que deixara junto a preta Sofia a quantia de quatrocentos mil réis para ela guardar até a volta de sua viagem.³ Contudo sempre que José pedia a preta Sofia lhe entregasse tanto a quantia emprestada para comprar sua liberdade como a sua módica

² Processo-Crime de número 589, Ano: 1861. Tribunal do Júri. Pelotas. APERS.

³ Processo-Crime de número 264. Ano: 1869. Tribunal do Júri. Pelotas. APERS.



poupança para um projeto de liberdade, Sofia sempre se negava a devolver o dinheiro e dizia-lhe: “vai cuidar de seu cativo”. Cansado das negativas da preta Sofia e ao descobrir que tinha dado seu pecúlio para outra pessoa, foi tirar satisfações com a mãe de seus filhos, porém da zanga de Sofia ao tentar agredi-lo com uma faca, o desfecho foi que o escravo José acabou tomando de suas mãos a faca e golpeando-a com várias facadas até o seu falecimento.

Podemos conjecturar desses dois processos-crimes que os escravos que desempenhavam o ofício de carneadores nas charqueadas possuíam uma habilidade de amear economias para a compra da liberdade de seus parceiros de cativo, assim como a própria liberdade dos mesmos (VARGAS, 2013, p. 249). Conforme Vargas ao analisar a obra de Couty, os charqueadores pelotenses criaram um sistema que gratificava esses trabalhadores que extrapolassem a cota de animais abatidos por eles nos períodos de safra. Fato que segundo Couty relata que alguns escravos conseguiam amear economias e comprar a sua alforria (Apud VARGAS, 2013, p. 248-249). Dessa maneira, os escravos carneadores tinham seu reconhecimento social mediante o seu trabalho, desfrutando possivelmente de status social com seus senhores e com a comunidade escrava, não apenas pelos frutos de seus ofícios, mas também pela arte de planejar melhores condições de sobrevivência e de existência dentro e fora do cativo ao alcançarem a liberdade.

Observe-se, que nos dois conflitos acima narrados, os escravos carneadores forraram as suas amásias. Ao que tudo indica possuíam certa mobilidade espacial, pois saíam dos muros das senzalas das charqueadas e iam ao encontro de suas parceiras. Talvez os africanos Joaquim e José fossem esses escravos que abatiam muitos animais além da cota diária normal de uma safra, e com isso, ganhassem pecúlio extra por seus trabalhos. Dinheiro esse investido e acumulado ao longo do tempo na liberdade de suas companheiras. No caso do africano José, seu depoimento é instigante, visto que forrou a preta Liberta Sofia, pagando a quantia de 600\$ mil réis pela alforria dela, e tinha depositado na mão da mesma mais 450\$ mil réis para tratar de sua liberdade. Todavia, a liberta Sofia lhe ofertou ingratidões, pegando o dinheiro a ela confiado e pagado pela liberdade de outro cativo. E pelo próprio interrogatório feito ao preto José, segundo suas palavras tinha já mencionado com seu senhor, o então José Antônio Moreira, que queria



tratar de sua liberdade. O caso de José é emblemático, pois além de carneador também era marinheiro, o que lhe auferia maiores chances de potencializar economias para os projetos de liberdade. Entretanto o destino teve outro desfecho, culminado com a prisão do africano José e com a morte de sua ingrata amásia.

É provável que a vontade de melhorar de vida, com uma possível ascensão social para os africanos carneadores Joaquim e José, começasse no cativeiro mediante a hierarquia social advinda dos frutos colhidos de seus trabalhos nas safras nas charqueadas. Talvez esse fosse o primeiro passo dados por esses sujeitos na tentativa de galgar espaços de autonomia e mobilidade social via alforria. Os laços de parentesco tramados por esses sujeitos que fizeram a travessia via o Atlântico foram forjados no ia a dia, encontrando suas parceiras fora das senzalas que residiam. É possível que houvesse uma política de domínio senhorial, não apenas baseada na coerção física, mas uma política baseada na distribuição de prêmios para esses trabalhadores, visando o controle da mão de obra nos estabelecimentos das charqueadas. Talvez se os ciúmes não tivessem tirando a razão desses trabalhadores, eles conseguissem elaborar estratégias para melhorar não apenas a sorte de seus familiares ou parceiros, mas a sua própria sorte individual, como fizera os outros escravos carneadores que pagaram quantias elevadas por suas cartas de liberdade.

A renda proveniente do trabalho dos escravos carneadores possibilitou a viabilizar “projetos de vida e redes de solidariedade dentro da escravidão” (SLENES, 2011, p. 202), permitindo a compra da liberdade de parentes. Conforme Slenes, “as taxas de alforria no Brasil no século XIX eram suficientemente altas para que todo cativo pudesse sonhar com a liberdade como uma possibilidade real” (SLENES, 2011, p. 205), por isso, a importância dos laços de parentesco para o auxílio de resgate de parentes do jugo da escravidão. Talvez as forras Juliana e Sofia não tivessem conseguido viver como libertas sem a ajuda ofertada por seus amásios, que através da estratégia familiar e da mobilidade ocupacional planejadas por eles, a vida em liberdade seria apenas mais uma luz no fundo de horizontes de incertezas.

Assim sendo, a pesquisa frisa e sinaliza a importância dos laços comunitários e afetivos nos projetos de liberdade engendrados pelos trabalhadores negros para o resgate de um familiar, pontuando também que através da mobilidade social advinda de



seus trabalhos poderiam galgar espaços de autonomia e melhores condições de vida para si e seus semelhantes.

Na historiografia social da escravidão é comum encontrarmos análises que enfatizam o aspecto potencial da família escrava nos projetos de liberdade. Exponente dessa vertente é o trabalho de Robert Slenes, em que o autor frisa que através da formação de famílias conjugais ou extensas os cativos tinham maiores possibilidades de comprar a carta de liberdade para um parente. Segundo ele:

Entre os escravos casados ou os escravos com família extensa, a tendência de encarar a possibilidade da alforria (...) pode ter sido mais comum do que entre os solteiros ou os solitários. Afinal, os laços familiares não apenas criavam maiores possibilidades para a poupança -, mas também potencializavam esse esforço de acumulação. Especificamente, a poupança da família conjugal ou da família extensa poderia ser coordenada com a finalidade de resgatar um de seus membros do cativeiro, ou mais de um, sucessivamente, de acordo com os critérios do grupo (SLENES, 2011, p. 206).

Nessa mesma esteira de pensamento, a historiadora Hebe Mattos afirma que a alforria não era fruto apenas do domínio senhorial, todavia era “um resultado da pressão de uma comunidade cativa que se organizava apesar dela” (MATTOS, 2013, p. 152). Mais adiante a pesquisadora alega que aqueles escravos que constituíam laços familiares tinham maiores chances de alcançarem a liberdade do que os indivíduos desprovidos de relações de parentesco na comunidade escrava que pertenciam. Além disso, assegura também que os cativos com relações familiares eram superiores em recursos sociais frente “aos escravos com ofícios especializados e muito mais acesso a remunerações em dinheiro” (MATTOS, 2013, p. 153) para obterem a liberdade.

Partindo desses pressupostos a iniciativa é testar tais hipóteses levantadas pelos autores na ânsia de compreendermos esses processos de emancipações projetados pelos grupos familiares e qual a real importância do mesmo na vida dos sujeitos históricos analisados. Muito tem se destacado em trabalhos sobre a relevância do parentesco escravo para a obtenção da liberdade de um parente. Contudo, muito dessas pesquisas estão pautadas apenas nas cartas de manumissão registradas em cartórios, o que acarreta uma fragilidade das análises, visto que os índices encontrados sobre a participação de familiares são ínfimos e parcos (MOREIRA, 2003; ARAÚJO, 2008; PINTO, 2012). O



diferencial que propomos na investigação é cruzar várias fontes documentais como registros de cartas de alforrias, testamentos, inventários *post-mortem*, registros paroquiais na tentativa de mapear as relações afetivas dos sujeitos e investigar sobre os projetos de liberdade arquitetados pelas famílias escravas em Pelotas em um contexto global.

Notório que o projeto de liberdade era um benefício concedido pelos senhores aos seus cativos, todavia, uma concessão conquistada.⁴ Pois mesmo que os cativos estivessem no rol de laços de dependência com seus proprietários, considero que era um artifício utilizado por eles para tentarem uma mobilidade social, mesmo que essa estratégia social nunca acontecesse de fato. Pelo menos a tentativa seria válida mesmo o risco sendo alto de o projeto fracassar.

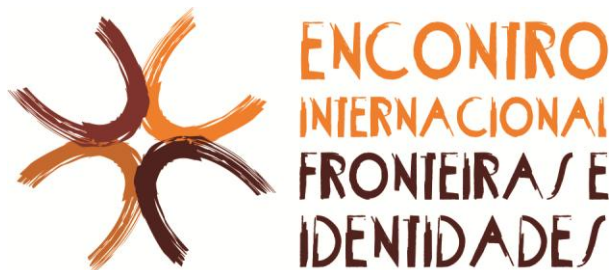
Todavia nem sempre era possível comprar a sua liberdade ou a de um familiar. Vejamos o caso do escravo Amaro, cozinheiro e carneador na propriedade de Dona Arminda da Cunha. A liberdade deste trabalhador foi condicionada a mais sete anos de trabalhos.⁵ Ou o caso do africano André, nação nagô, escravo do charqueador Vicente Lopes dos Santos, que pagou a quantia de 2.500\$ mil réis, contudo, só esta módica quantia não o libertava totalmente de seu cativo. Além do pagamento o nagô André teria de ficar “trabalhando em carnear e beneficiar durante o tempo de duas safras” na propriedade de Vicente Lopes dos Santos, sendo que este lhe pagaria a quantia de 500\$ réis pelos seus trabalhos.⁶ Situação semelhante vivenciada pelo africano Pedro, também de nação nagô, propriedade do mesmo Vicente Lopes Santos. Pedro pagou a quantia de 1.090\$ mil réis a seu senhor por sua alforria, ficando ainda a dívida de 100\$ réis e mais a condição de pagar por seus serviços trabalhando nas safras de carnação na charqueada do mesmo.⁷

⁴ Não concordo com o posicionamento dos historiadores Guedes (2008) e Soares (2009) que pontuam a alforria como um ato de concessão.

⁵ Carta concedida em 25/09/1884 e registrada em 29/09/1884. Livro 14, fl. 148r. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS.

⁶ Carta concedida em 22/09/1869 e registrada em 01/10/1869. Livro 08, fl. 8r. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS.

⁷ Carta concedida 15/09/1873 e registrada em 17/09/1873. Livro 11, fl. 73r. Catálogo Seletivo de Alforrias. APERS.

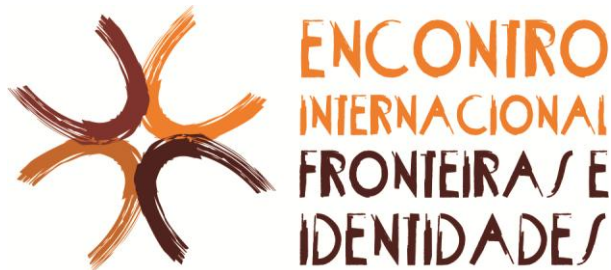


Esses casos ilustram uma espécie talvez de subcondição de liberdade, ou seja, uma semi estado de liberdade, onde os indivíduos situam nas margens da ambivalência da condição de cativos e de homens libertos (LIBBY, 2010). Neste ínterim, a liberdade não é um dado absoluto e tampouco concreto para estes sujeitos históricos. Pensamos que essa ambivalência do ser ou não ser homem liberto deve ser analisada dentro do contexto histórico das experiências de emancipação escrava ainda durante o cativo. Conforme elucidou Eric Foner a liberdade era um “terreno de conflito” (FONER, 1988, p. 10). Ao que parece em alguns casos que a alforria não equivalente ao status de homem libertos para os cativos, ou seja, “não era necessariamente sinônimo de liberdade” (CARVALHO, 2010, p. 225). Parece nos muito mais que estes indivíduos possuíam fragmentos de liberdade e que na luta rotineira de suas vidas galgavam por espaços de autonomia e de direitos que lhes proporcionasse uma *vida em liberdade ou em direção a ela*. Possivelmente o trajeto a ser trilhado por esses escravos para obterem a liberdade era de estarem inseridos em redes e relações de parentesco. Por isso, a importância dos laços familiares nas experiências de emancipação escrava mesmo antes da abolição do cativo, como evidenciamos nos casos dos carneadores auxiliando na compra da liberdade de suas companheiras de vida, visto que em determinados casos os escravos possuíam fragmentos de liberdade devido à ambiguidade vivenciadas entre o cativo e a liberdade pela metade. Salientamos que nem sempre a alforria outorgava a liberdade de imediato, apenas era o início do caminho a ser percorrido por homens e mulheres que vivenciaram as experiências de cativo e liberdade na era das emancipações em terra brasilis e no mundo atlântico.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Thiago. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário* (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Dissertação de Mestrado Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822/1850*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010.



FONER, Eric. O significado da Liberdade. *Revista Brasileira de História*. 1988, vol. 8, n. 16, pp. 9-36.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

LIBBY, Douglas Cole. A empiria das cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira, MARTINS, Ilton César (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Terceira Edição Revisada. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre- 1858-1888. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

PESSI, Bruno. *Entre o fim do cativo e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do Século XIX (1850/1884)*. Dissertação de Mestrado. PPG de História da USP, 2012.

PINTO, Natália Garcia. *A benção compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas (1830/1850)*. Dissertação de Mestrado: PPG de História UNISINOS, 2012.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Segunda Edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas margens do atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de Doutorado: PPG de História da UFRJ, 2013.

SOARES, Márcio. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, 1750-1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.